

Organização política anarquista: Críticas, autocríticas e aprendizados

Alexandre Samis e Robson Alves

Ao longo de nossa trajetória de militância, que percorreu tempos e lugares distintos, temos aprendido e defendido a importância da Organização Política para o Anarquismo. Neste período, colhemos algumas experiências de formas de organizações bastante exitosas e outras nem tanto. No geral, temos conduzido uma luta incessante para combater a ideia básica, tragicamente disseminada, que atribui ao Anarquismo o “espírito” da desordem, da baderna, da desorganização.

Não foram e nem são poucas as críticas nesse sentido. E de fato, infelizmente, sob a pena do desconhecimento quase que completo, muitas pessoas chegam ao “anarquismo” pela simples revolta. Sob a ideia de “caos” passam a defender uma ideia que desconhecem. Contrariando esta concepção equivocada do senso comum, o Anarquismo afirma organização, compromisso, ética e responsabilidade.

Neste texto gostaríamos de pontuar algumas questões que nos parecem relevantes quanto à organização política anarquista. Obviamente, como reflexões, o texto é uma mostra a partir da experiência que vivenciamos na nossa militância e está sujeito a críticas, tanto quanto qualquer atuação militante. Ele parte de algumas premissas que julgamos corretas para a transformação social revolucionária com orientação libertária. Em primeiro lugar, para a viabilidade dessa transformação, entendemos que é fundamental para o militante estar organizado. Em segundo lugar, que é necessário escolher a forma organizacional que melhor se adequa à realidade regional, visando potencializar o projeto. Em terceiro, é indispensável observar a dualidade organizacional (nível político

e nível social), evitando que se ideologize os movimentos sociais e para que os anarquistas, organizados, madurem as experiências coletivas de atuação em comum e reforcem as lutas em graus cada vez mais radicalizados.

O tema da Organização Política Anarquista é vasto e já imerso em mil versões. Entre discordâncias de parte e de fundo, essa forma de atuação política tem crescido. E ao passo do seu crescimento, como é comum, a experiência com base no acúmulo de militância tem dado desenvolvimentos diversos a cada agrupamento político anarquista. Aqui compartilhamos algumas de nossas definições, críticas, autocríticas, aprendizados, que com passar do tempo fomos acumulando e achamos relevante compartilhar.

A ação do indivíduo e do coletivo: alguns apontamentos breves

Tomando como referência os clássicos é possível chegar à conclusão de que, no geral, cabe ao(s) indivíduo(s) edificar o movimento¹, mas não a História. Na extensão dessa lógica, entendendo como razoável essa primeira parte da sentença,

1 Entendemos a ideia de movimento dentro da perspectiva da dualidade organizacional, constituindo-se assim na relação permanente, complementar e não subordinada entre os níveis político e social. Todavia, quando nos referimos concretamente ao “movimento” estamos falando também dos movimentos sociais.

caberia ao movimento, a esse sim, fazer a História. Esta, pela sua dilatada duração, ao ignorar os limites da existência biológica do indivíduo, será sempre e necessariamente o processo mais abrangente, fruto por isso mesmo de acúmulos, de ações concretas cuja autoria acaba por se diluir em um conjunto tão complexo quanto mais amplo, tanto mais amplo quanto menos atribuído a uma pequena parte do todo. Seria assim a consequência de uma infinidade de iniciativas de indivíduos, grupos e sociedades simultaneamente agentes e multiplicadores dos resultados de experiências e de realizações, tanto mais diversas quanto forem os atores sociais. Por esse prisma não há um modelo de sociedade, mas um projeto, sempre novo e original, na medida mesmo da participação de todos.

O entendimento desse todo orgânico é, antes de tudo, a negação de qualquer premissa que desconsidere a necessidade de normas, menos ainda uma evidência de que é necessário uniformizar para organizar. Muito diversamente, na tradição proudhoniana da *dialética serial*, a unidade só pode ser atingida no combate à uniformidade, no constante desenvolvimento de núcleos de potência dedicados a transformar a realidade. Sendo estes tanto mais autônomos quanto estiverem articulados e, no nosso entendimento, tanto mais articulados na medida da sua afirmação de autonomia.

Assim pensando, há que se conside-

rar a necessidade de organização, de sua mais plena realização, como obra coletiva, combinada e pactuada pelos envolvidos diretamente na luta. Um tipo de relação que, pela natureza e corte de classe, deve necessariamente privilegiar o movimento e não o(s) indivíduo(s). Algo que colabore para que o sentido histórico, sempre sensível ao movimento, encontre na ação coletiva sua mais clara parceria. Em suma, os revolucionários devem contribuir para que História e movimento se tornem cúmplices.

Para tal há certa utilidade em reconhecer que a dinâmica da complementariedade entre as esferas, individual e coletiva, pública e privada, parte e todo, não foi ainda claramente compreendida. A importância de cada uma delas, ou se há prevalência de uma sobre a outra, é ainda matéria polêmica. E talvez resida exatamente aí a razão de existirem correntes por vezes antagônicas dentro do movimento libertário. Uma oposição que, antes do mais, prescreve hierarquias entre as esferas, quando na realidade o que existe é uma relação. Uma relação que, entrecortada por contradições, ainda assim, consegue promover a ação social coordenada na direção de um mesmo objetivo. Uma relação “autoexplicativa” que torna ainda mais evidente o absurdo de separar indivíduo de sociedade. Não se trata de supervalorizar o indivíduo, como fazem alguns, ou de exaltar a supremacia do coletivo sobre este, como querem outros. Mas de

enxergar justamente na relação entre o indivíduo e o coletivo, posto que é nela que encontramos a potência dos movimentos, as possibilidades de criação de uma força social com capacidade de transformação.

Sobre minorias ativas e vanguardas

O vocabulário político que separa os militantes organizados da massa de produtores permanece ainda hoje tributário dessa falsa dicotomia. Ele ainda não se tornou suficientemente claro para, nos meios libertários, demarcar a abissal diferença, por exemplo, entre “minorias ativas” e “vanguardas”. Um problema que, para muito além do simples entendimento, pode acarretar enormes distorções ideológicas. Grandes o suficiente para produzirem inflexões importantes nas estratégias e táticas das organizações anarquistas. Graves o suficiente para permitirem a descaracterização da ação concreta de grupos e organizações no cotidiano da luta social.

No geral, a “política de vanguarda” consiste em que os maiores interessados avancem somente na medida dos golpes desferidos por uma elite militante, esta sempre em primeiro plano, e, dessa forma, necessariamente dirigente. Cenário no qual a “massa” deve avançar no justo ritmo imposto pelos mais “qualificados” e “destemidos” revolucionários, caminhando invariavelmente sempre atrás deles, conquistando de forma secundária e su-

bordinada cada palmo do terreno a ser tomado à burguesia.

Esse procedimento é tanto mais condenável por, no médio e longo prazo, apresentar-se como a forma mais eficiente de retirar a capacidade de luta do coletivo concentrando-a em uma figura ou pequeno grupo político. A “política de vanguarda” é a forma mais usual de retirar do coletivo o seu protagonismo no movimento. Ela socializa os prejuízos com o coletivo em caso de fracasso de uma ou mais lutas e, por outro lado, reforça o personalismo em caso de vitórias. Não deixa também aqui de ficar evidente a dissociação ou instrumentalização entre as esferas individual e coletiva, ou ainda, a hierarquização de uma sempre em prejuízo da outra.

Em oposição a isso, já sublinhados os aspectos aqui criticados na teoria da “vanguarda”, o papel da “minoria ativa” deve ser bem diverso. Ainda que esta não se proponha a servir de elemento solúvel na massa, as minorias devem levar em conta a interdependência das esferas. Devem agir no entendimento da relação que se estabelece também entre o social e o político. Entre a intenção e o gesto.

O bom entendimento da relação entre o social e o político é de fundamental importância. A confusão entre essas duas esferas tem levado o movimento libertário a inúmeros equívocos. Muitas vezes, ao privilegiar o social (terreno concreto das lutas) dispensamos a importância da organização política. Isso tem causado o

esfacelamento de inúmeros agrupamentos anarquistas na nossa história recente (ainda que nem todos os agrupamentos tenham se desarticulado por este motivo). Tem conduzido à fragmentação e cisão de grupos anarquistas e, invariavelmente, influenciado algumas das concepções teóricas presentes hoje.

A supervalorização do político (nível de organização especificamente anarquista), em detrimento do social, também tem colaborado para diversos fracassos do ponto de vista tático e estratégico desses grupos. Pode-se inclusive observar que a prevalência ou quase exclusividade do aspecto político em uma determinada organização é aliada da supervalorização teórica. Esta, pouco estranha aos fundamentos das correntes marxistas, tem conduzido o anarquismo organizado a ações que vilipendiam a sua própria ideologia, a orientações que a descaracterizam e afastam de sua tradição histórica.

Aqui ressaltamos que quando se valoriza em demasia o plano teórico, não raro, menospreza-se a realidade. A teoria deve ser coerente e conduzida em sintonia e a partir da realidade. De outro modo, a supervalorização teórica tenderá, a todo custo, subordinar realidade a teoria. Um fenômeno já perceptível em alguns grupos que, no nível social, agem em conformidade com a teoria de vanguarda, uma vez que: “se já sabemos a teoria correta, o que esperar de novo da experiência de luta social?”.



Destarte, o falseamento da relação entre o social e o político, de forma consciente ou não, pode trazer inúmeros prejuízos à ação organizativa do grupo. Quando este se dá de modo consciente, via de regra, é sentido e consentido dentro da organização política, o que termina por permitir a criação de táticas nebulosas ou mesmo “entendidas” por apenas alguns do grupo (que se aproveitam dessa falha). Quando o falseamento se dá de modo inconsciente, uma vez que a organização não percebe a confusão entre o que é próprio do político (organização anarquista) e o que é do social (movimentos em geral), o perigo para a organização é bastante considerável. Uma vez que, diante desse fato, a esfera social pode, por exemplo, ser encarada como apenas complementar ao grupo especificamente anarquista, um galhardete, um trunfo a ser exibido e ostentado, efetivando-se assim uma política de submissão.

No nosso entendimento a minoria ativa deve encontrar no campo dos opri-

midos as bandeiras que melhor sintetizam as necessidades destes, dialogar a partir delas e entender os limites impostos pela realidade aos sacrifícios das “massas”. Deve colaborar para que, quando os maiores interessados estiverem dispostos, eles próprios iniciem a onda radical que levará a todos ao campo aberto da revolução. Em suma é preciso seguir o povo na sua revolta, envidando esforços para que esta fique cada vez mais clara e objetiva para todos, entendendo-a nos seus detalhes e descobrindo os seus segredos na ação cotidiana. O protagonismo deve ser sempre, e invariavelmente, daqueles que produzem coletivamente a riqueza.

Pode-se enxergar aqui, nos meios, bem como no método, a diferença entre a transformação tutelada e a transformação emancipada. A organização específica anarquista não pode prescindir de seu corolário social e, por isso mesmo, deve entender que tem autonomia relativa em relação a ele. Não deve querer-se parte plenamente constituída sem o seu com-

plemento, e, menos ainda, a parte do todo dotada de maior clareza, pois se assim fosse: “o partido teria sempre razão”.

Das vantagens da relação

Uma organização política tem que se afirmar por ela própria, ser propositiva. É conveniente, portanto, que forme sempre algum juízo sobre a existência de grupos sectários com muita retórica, pouca base social e que fundamentem sua ação, antes de tudo, na negação dos outros. A obra criativa da Revolução tem que se sobrepor à destrutiva. É preciso demolir, mas com clara visão do que se quer construir. O objetivo último do socialismo é a edificação de outra sociedade e não produzir um amontoado de escombros. Durante e depois da barricada é preciso produzir, alimentar e garantir a vida útil da(o)s trabalhadora(e)s, em um processo contínuo de autogestão. A experiência da classe operária é generosa na medida da indignação, as revoluções burguesas é que sempre se alimentaram do ressentimento.

O sectarismo, via de regra, é filho da trágica miopia que divide e dissocia as esferas constitutivas da sociedade. É comum encontrar nas justificativas da ultravanguarda um mesmo núcleo argumentativo, um mesmo nexos. Sempre há a prevalência do partido sobre a sociedade, do político sobre o social. Nesse caso, no geral, a experiência coletiva da

classe trabalhadora serviria muito mais de elemento retórico que propriamente demonstrativo da necessária relação entre o político e o social. Em maior ou menor grau, em escalas diferenciadas, ainda assim a estrutura de pensamento não consegue resistir a essa lógica sistêmica. Um sistema segundo o qual a realidade e a transformação da mesma seriam o resultado do somatório dos decretos revolucionários elaborados pela seita “mais correta”, autorreferenciada como mais “revolucionária”.

Em franca oposição a tal postulado, a ação militante nos meios sociais precisa levar em consideração a relação entre as esferas (político e social). Deve entender-se parte de um todo mais complexo que a própria organização específica anarquista, sem o qual a organização perderia sua identidade, sua função, seu objetivo final. É nesse campo que a dimensão classista é mais necessária, é nele que as posições precisam ficar claras, bem como as opções estratégicas. Em certa medida, a falta de tal entendimento conduz invariavelmente a organização à sua burocratização, uma vez que esta passa a viver para si mesma, para sua autopreservação, e não para que sejam alcançados os objetivos para os quais foi criada. Dessa forma, é possível encontrar na lógica da interdependência das esferas também o antídoto contra a burocratização das organizações anarquistas. A atuação militante do

anarquista organizado deve ser pautada sempre pelo seguinte princípio: a Organização está a serviço do projeto de transformação social, e não o contrário.

Sobre as formas e possíveis níveis de organização

O entendimento da correlação entre o político e o social é fundamental para o desenvolvimento de uma organização anarquista. Assim cabe agora tratar, ainda que esquematicamente, do que entendemos como âmbitos de organização.

Simplificadamente, podemos identificar três esferas de organização. Seriam elas: 1) a social; 2) a político-social; 3) a política.

1) A esfera social é aquela das organizações populares e de massas, organizações que agrupam um segmento popular de luta, independente de suas posições políticas. Delas fazem parte: sindicatos, conselhos estudantis, organizações comunitárias, movimentos contra opressões de gênero, etnia, opção sexual etc. Neste campo se deve buscar a unidade da maneira mais ampla possível, rechaçando sectarismos e respeitando as diferenças ideológicas. A unidade realiza-se em torno de demandas concretas e são privilegiados os objetivos de curto prazo. Isso não significa, em absoluto, o abandono de objetivos de médio e longo prazo, mas tão somente que – aqui, propriamente neste campo de atuação – o que estará em ques-

tão será, principalmente, a luta contra um tipo de opressão específica ou necessidade imediata. Em grupos dessa natureza são bem-vindos indivíduos de correntes políticas diversas. Estas podem legitimamente ser propagandeadas no seio da organização, mas nunca com a pretensão de instaurarem alguma espécie de “ideologia oficial” do movimento, pois o objetivo é que ele se fortaleça, independente de concepções filosóficas, religiosas ou políticas (em sentido estrito) de cada militante.

Aqui se milita em torno de demandas concretas, fazendo a denúncia constante das contradições sociais. Daí é natural que essas organizações se politizem (em sentido amplo, considerando-se que todas as relações sociais implicam, também, relações de poder, logo, políticas) nos embates cotidianos e no curso da luta de classes. Sem importar o quão “politizadas” estão essas organizações, elas não podem jamais confundir-se com um grupo político ou com uma tendência (grupos político-social). É preciso ter clareza de que o objetivo é que as ideias inspirem amplamente, mas que devemos evitar impor etiquetas ideológicas sobre estas organizações, e assim impedir expurgos ideológicos – particularmente dos setores minoritários.

2) A esfera político-social é a das tendências, redes, correntes ou frentes. Ela representa um nível intermediário no qual se aglutinam elementos de um segmento popular específico, mas que têm

em comum certas linhas políticas. Este último ponto marca a diferença mais sensível em relação à esfera social. Esta inclinação política não pode ser, em todo caso, tão definida como àquela requerida para o pertencimento a um partido ou grupo político. Certos militantes ou ativistas que partilham duma mesma visão e que compartilham políticas em relação ao ponto específico que lhes une (seja a atividade sindical, estudantil ou comunitária), podem organizar-se para formar certa corrente no seio de um movimento ou organização maior. Seria, nesse caso, uma afinidade maior no campo da metodologia o que uniria esses militantes na atuação no meio social em que estão inseridos. Teriam suas bases de acordo e alguns pontos políticos comuns, bem explicitados, não adotando um corte ideológico definido (nem expresso, nem veladamente). Não é necessário concordar em tudo: aqueles que compõem essas frentes podem estar em desacordo sobre muitas outras questões que não afetem a luta específica nem o trabalho cotidiano da organização da qual são membros e que, por isso, são irrelevantes para o nível de unidade requerido nestes espaços.

Uma tendência político-social pode atuar em vários campos da luta social e, para tanto, pode organizar-se em frentes. Estas terão uma autonomia relativa e obedecerão a uma estratégia geral da tendência. Elas podem reunir-se para deliberar sobre questões táticas e operacionais, vi-



sando melhorar a dinâmica da organização. Esta, neste caso, terá seus princípios bem claros, métodos de luta e modos de operar. A ênfase da tendência encontra-se nos objetivos de médio prazo, em particular, na organização consistente de movimentos sociais e populares.

3) A esfera política é aquela das organizações políticas em sentido estrito. É a mais específica de todas, e compõe-se de pessoas provenientes de diversos setores populares (estudantes, trabalhadores e outros), que compartilham de ideologia definida, orientação política, programa, táticas e estratégias próprias, bem como objetivos de longo prazo. As pessoas que estão neste campo de atuação são, normalmente, oriundas de espaços sociais diversos, e, por isso, o que as une mais é um ideal que se refere à transformação

da sociedade como um todo. A unidade, nesta esfera, é muito mais restrita, envolvendo uma adesão a um determinado sistema de pensamento e uma clara identificação ideológica. Há acordo em relação a um programa coletivo de intervenção na sociedade, buscando sua transformação num dado sentido: um projeto, uma utopia – no sentido positivo da palavra.

Cada um desses níveis deve ter condição de realizar seu potencial, utilizando como requisitos fundamentais a democracia direta e a participação de base. Se os níveis político-social e social não podem servir como braços do nível político, que funcionaria, nesse caso, como cabeça do corpo, o contrário também não pode acontecer: que o nível político seja uma correia de transmissão dos outros níveis. A interação, portanto, tem que ser complementar e dialética.

*
* *

Em certo aspecto é possível afirmar que um militante libertário deve ser ortodoxo no entendimento da ideologia e heterodoxo na sua aplicação. Ou seja, fazer o que faz a partir do que escolheu ser,

mas não apenas por isso. É fundamental definir a posição ideológica, divulgá-la onde quer que o militante esteja, e na mesma medida saber traduzir em atos, táticas e estratégias as nuances ideológicas que separam, por exemplo, o militante anarquista dos demais representantes das outras tradições do socialismo. Tal consciência é parte do esforço de não “perder-se de si mesmo”, tanto no contato com a realidade, como na relação com as esferas nas quais está envolvido o militante. Esse “equilíbrio”, usando novamente um conceito proudhoniano, não está isento de contradições e de permanente tensão. Na verdade, ele é condição permanente da militância, é parte indissociável da experiência coletiva, é o grande desafio a ser encarado por militantes e organizações.

Como última reflexão, também subsidiária ao que foi aqui exposto, é útil reforçar que o sectarismo em qualquer setor social é a morte da criatividade, e a revolução é necessariamente um ato coletivo de criação. Por conseguinte, deve-se ser otimista no longo prazo e pessimista no curto prazo. Certo de dias melhores no futuro e convicto de que, sem organização agora, pouco ou nada teremos adiante.

Alexandre Samis é professor de História, militante da Organização Popular e membro do Instituto de Estudos Libertários (IEL). **Robson Alves** é professor da Rede Pública do Estado do Ceará e pesquisador da educação libertária. É também militante da Organização Resistência Libertária (ORL/CAB) e membro do Instituto de Estudos Libertários (IEL). As imagens que ilustram o texto são de autoria de **Clifford Harper**, artista e militante anarquista.